



Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Direito Constitucional

Prova de 4 de agosto de 2002

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A Democracia Participativa é possível através de quais práticas:

- a) Eleições diretas.
- b) Plebiscito, referendo e lei popular.
- c) Plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- d) Representação no Congresso Nacional.
- e) Eleições indiretas.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

São de eficácia plena e de aplicabilidade imediata as normas constitucionais:

- a) vedativas e programáticas.
- b) que confirmam prerrogativas e aquelas que dependem de lei integrativa.
- c) de princípio programático e as de princípio institutivos.
- d) vedativas e as que confirmam imunidades, isenções e prerrogativas.
- e) as de eficácia contida e eficácia limitada.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Os direitos e garantia individuais fundamentais estabelecidos na Constituição são assegurados aos:

- a) Brasileiros natos e estrangeiros.
- b) Brasileiros e estrangeiros domiciliados no país.
- c) Brasileiros natos.



- d) Brasileiros naturalizados e estrangeiros domiciliados no país.
- e) Brasileiros e estrangeiros residentes no país.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o valor da prévia e justa indenização na desapropriação a de ser assegurado já por ocasião da imissão provisória na posse.
- b) Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, a retrocessão, no caso de trestinação ou adestinação do bem expropriado, configura simples direito pessoal que se resolve em perdas e danos.
- c) A indenização da propriedade, no caso de desapropriação para fins de reforma agrária, não há de ser necessariamente prévia, uma vez que o pagamento do imóvel há de se fazer mediante entrega de títulos da dívida agrária.
- d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as condições de uso, gozo e fruição da propriedade material ou imaterial não podem ser objeto de alteração mediante decisão legislativa superveniente.
- e) A Constituição Federal autoriza a desapropriação pelo município de terrenos urbanos não edificados, subtilizados ou não utilizados, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.

5ª Questão: Qual a opção **correta**:

Nos termos da Constituição de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre diversas matérias. Em tais hipóteses:

- a) Sendo omissa o legislador federal na elaboração de leis complementares, os Estados exercerão competência legislativa plena para atendimento de suas peculiaridades.



- b) A competência legislativa concorrente será exercida necessariamente através de leis complementares.
- c) O estabelecimento de normas gerais é privativo da União, vedada aos Estados produção legislativa supletiva.
- d) A competência legislativa da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados.
- e) A ausência de normas gerais federais somente autoriza aos Estados a elaboração de normas específicas.

6ª Questão: Estão entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II – Garantir o desenvolvimento nacional.
- III – Assegurar o exercício dos direitos sociais individuais.
- IV – Erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades morais.
- V – Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Estão **corretas** as alternativas:

- a) I, II, III e V.
- b) I, II, IV e V.
- c) I, II e V.
- d) I, III e V.
- e) I, II, III, IV e V.

7ª Questão: Assinale as alternativas **corretas**:

Com respeito ao Sistema Tributário Nacional:

- I – para que o Estado possa arrecadar taxa há necessidade de o usuário ou destinatário do serviço público vir a fazer uso efetivo dele.



II – o imposto sobre propriedade de veículos automotores é de competência exclusiva dos Estados.

III – o imposto sobre produtos industrializados é de competência exclusiva da União.

IV – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

- a) apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- b) apenas as afirmativas I e II são corretas.
- c) apenas as afirmativas I e III são corretas.
- d) apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- e) apenas as afirmativas II e III são corretas.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
C	D	E	E	D	C	E

Prova de 13 de outubro de 2002

1ª Questão: O remédio constitucional que objetiva a proteção da esfera íntima do cidadão, outorgando-lhe o direito ao controle da circulação de dados pessoais chama-se:

- a) Mandado de Injunção
- b) Habeas Corpus
- c) Mandado de Segurança
- d) Habeas data
- e) Nenhuma das respostas acima



2ª Questão: A regra inserida no art. 5º., inc. IV da Constituição da República: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, é uma norma de:

- a) Eficácia limitada de princípio institutivo, portanto de aplicação indireta, mediata e reduzida.
- b) Eficácia contida, portanto de aplicabilidade direta e imediata, mas que pode ter reduzido o seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.
- c) Eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.
- d) Eficácia limitada de princípio programático.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

3ª Questão: Tratando-se de controle de constitucionalidade, é **correto** afirmar que:

- a) Pode ser exercido pela via da ação direta, pela via incidental, ou por iniciativa do juiz.
- b) O meio pelo qual cabe ao demandado argüir a inconstitucionalidade quando apresenta sua defesa num caso concreto é denominado controle de constitucionalidade por via de exceção, também chamado de controle concreto.
- c) A Constituição de 1988 ampliou a legitimação para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, que anteriormente pertencia apenas ao Procurador Geral da República.
- d) Todas as afirmações são corretas
- e) Nenhuma das afirmações é verdadeira

4ª Questão: De acordo com o art. 1º., da Constituição Federal, o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. Tendo isto em mente, é **correto** afirmar:

- a) A configuração do Estado Democrático de Direito não significa a união meramente formal dos conceitos de Estado Democrático e Estado de Direito, consistindo, na verdade, na criação de um conceito novo.



- b) É da essência do Estado Democrático de Direito a subordinação à Constituição, tendo como únicos fundamentos a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.
- c) O conceito de democracia repousa unicamente sobre dois princípios fundamentais: a soberania popular e a prevalência do interesse público sobre o privado.
- d) O povo exerce o poder apenas por meio de representantes, que podem ser eleitos ou indicados diretamente.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

5ª Questão: Com relação aos Direitos e Garantias Fundamentais inscritos na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) São assegurados a todos os brasileiros e estrangeiros, independentemente de estarem ou não residindo no país.
- b) É assegurado a todos o acesso à informação, ressalvado o sigilo decorrente do exercício profissional.
- c) A propriedade particular poderá ser utilizada pelo Poder Público, em caso de perigo iminente, sem a obrigação de indenizar eventuais danos.
- d) A prática do racismo é considerada crime inafiançável, remetendo à legislação infraconstitucional a determinação do prazo prescricional.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

6ª Questão: Com relação aos Direitos Sociais inscritos na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) Distingue o trabalhador urbano do rural, em razão de suas peculiares características.
- b) Protege o salário, determinando constituir crime a sua retenção accidental.
- c) Estabelece, incondicionalmente, a irredutibilidade salarial.
- d) Assegura o direito à licença maternidade e paternidade com duração, no mínimo, de



cento e vinte dias.

e) Todas as alternativas são incorretas.

7ª Questão: É **correto** afirmar que a Constituição Federal, no capítulo relativo aos Direitos Políticos:

- a) Estabelece a obrigatoriedade do serviço militar para os maiores de dezesseis anos.
- b) Veda a cassação de direitos políticos, ressalvando apenas a hipótese de improbidade administrativa.
- c) Prevê a ação de impugnação de mandato eletivo.
- d) Determina que a lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

8ª Questão: Com referência à Organização do Estado na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) Brasília é a Capital Federal.
- b) A criação e desmembramento de municípios far-se-á por lei federal.
- c) É permitido à União e Estados a subvenção a cultos religiosos, vedado, entretanto, embaraçar-lhes o funcionamento.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

9ª Questão: Ao tratar da Organização dos Poderes, é **correto** afirmar que a Constituição Federal:

- a) Estabelece como funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública e Privada, e Defensoria Pública.
- b) Determina que o Poder Legislativo é exercido pelo Senado Federal.



- c) Confere ao Presidente da República e aos Ministros de Estado o exercício conjunto do Poder Executivo.
- d) Institui o Supremo Tribunal Federal com a exclusiva atribuição de exercer a jurisdição constitucional.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

10ª Questão: Indique, com fundamento no Título V da Constituição Federal, que versa sobre a defesa do Estado e das Instituições Democráticas, a afirmação **correta**:

- a) O Presidente da República pode decretar estado de defesa para preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social, sem ouvir o Conselho da República e o Conselho de Segurança Nacional;
- b) Na ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, o Presidente da República pode decretar o estado de sítio;
- c) Em hipótese alguma o estado de sítio poderá ter duração superior a trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior.
- d) Na vigência do estado de defesa é possível determinar a incomunicabilidade do preso, obrigando-se o executor da medida a comunicá-la imediatamente ao juiz competente.
- e) Nenhuma das afirmações é correta.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	D	A	B	E	C	A	A	B

Prova de 16 de março de 2003

1ª Questão: A Constituição Federal assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, além de declarar expressamente que ninguém poderá ser submetido à tortura ou a



tratamento desumano ou degradante. Para dotar estas normas de eficácia, além de cominação de penas, a Carta Política preordena várias garantias penais apropriadas, dentre as quais podemos citar:

- a) a obrigação da autoridade policial de informar ao preso seus direitos, inclusive o de permanecer calado.
- b) o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, garantindo, entretanto, o anonimato aos responsáveis pelo interrogatório.
- c) não ser levado à prisão ou nela mantido, desde que a lei admita a liberdade provisória sem fiança, apenas.
- d) a comunicação da prisão à autoridade competente e à família ou pessoa indicada pelo preso, podendo o local onde se encontre ser mantido em sigilo.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

2ª Questão: De acordo com a Constituição Federal vigente, são considerados bens da União:

- a) as ilhas fluviais e lacustres que não se encontrem situadas nas zonas limites com outros países.
- b) o mar territorial e os terrenos de marinha, excluídos os acrescidos deste último.
- c) os recursos minerais, inclusive do subsolo, e os potenciais de energia elétrica.
- d) os lagos, rios e quaisquer correntes que não sirvam de limites com outros países.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

3ª Questão: A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. A respeito da competência atribuída pela Carta Constitucional a cada um deles, é **correto** afirmar que:

- a) legislar sobre serviço postal não é privativo da União.



- b) os estados, devidamente autorizados por Lei Complementar, poderão legislar sobre matérias inseridas na competência privativa da União Federal.
- c) é competência privativa dos Estados proteger o meio ambiente.
- d) proporcionar os meios de acesso à cultura insere-se na competência comum apenas à União e aos Estados.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

4ª Questão: A Constituição Federal assegura aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a autonomia como princípio básico da forma de Estado adotada. Sendo a intervenção, a antítese da autonomia, a regra constitucional estabelece, prioritariamente, o princípio da não-intervenção, que, entretanto, pode ser excepcionado em alguns casos. Sobre isto, é **correto** afirmar:

- a) o Estado poderá intervir em Município quando o Tribunal de Justiça prover representação que vise assegurar a execução de ordem ou decisão judicial.
- b) a União poderá intervir nos Estados, para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes, independentemente de solicitação do Poder coacto ou impedido, ou de representação do Supremo Tribunal Federal.
- c) o decreto de intervenção especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, devendo ser submetido à apreciação do Congresso Nacional ou Assembléia Legislativa no prazo de 5 (cinco) dias, salvo em caso de urgência comprovada.
- d) cessado os motivos da intervenção, as autoridades afastadas voltarão aos seus respectivos cargos, mesmo que verificados impedimentos legais.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Ao tratar das funções essenciais à Justiça, estabelece a Constituição Federal, com relação ao Ministério Público, que:

- a) incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses



sociais e individuais disponíveis.

- b) a independência funcional é um dos seus princípios institucionais.
- c) a elaboração de sua proposta orçamentária está excluída dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) uma de suas funções institucionais, é exercer o controle interno da atividade policial.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

6ª Questão: Em se tratando da ordem econômica e financeira, estabelecida na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) a partir de 1988, a exploração direta de atividades econômicas pelo Estado é permitida apenas quando indispensável aos imperativos de segurança nacional.
- b) as empresas públicas gozam de benefícios fiscais que não se estendem ao setor privado.
- c) como agente regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, de forma determinante, tanto para o setor público, como privado.
- d) a importação e exportação de produtos dos derivados básicos resultante da refinação de petróleo é monopólio da União.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

7ª Questão: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com base nisto, a Constituição Federal estabelece que o ensino será ministrado de acordo com determinados princípios, dentre os quais é **correto** citar:

- a) garantia de padrão de qualidade, e gestão democrática do ensino.
- b) igualdade de condições para o acesso à escola, devendo a permanência, ou não, ser avaliada conforme o rendimento individual.



- c) coexistência de instituições públicas e privadas, com unificação das concepções pedagógicas.
- d) valorização dos profissionais de ensino, e planos de carreira para o magistério público com piso salarial equivalente ao do setor privado.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
A	C	B	A	B	D	A

Prova de 27 de abril de 2003

1ª Questão: Sobre o sistema constitucional brasileiro de controle de constitucionalidade, é **correto** afirmar:

- a) A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem o condão de restaurar provisoriamente a vigência do direito revogado pela norma impugnada.
- b) Os tratados internacionais não podem ser objeto de impugnação em sede de controle abstrato de normas.
- c) A liminar concedida em sede de controle abstrato de normas há de ter sempre eficácia "*ex tunc*".
- d) É admissível a arguição de inconstitucionalidade de norma constitucional originária.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

2ª Questão: A respeito dos direitos e garantias individuais, previstos na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) Os direitos e garantias individuais protegidos por cláusula pétreia, são apenas aqueles elencados no



capítulo relativo aos direitos individuais.

- b) Não só as normas relacionadas no capítulo dos direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras destes direitos constantes do texto constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade.
- c) Não podem ser regulamentados por medida provisória.
- d) O legislador ordinário pode alterar completamente a conformação de determinados direitos fundamentais.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

3ª Questão: Sobre extradição, é **correto** afirmar:

- a) A constituição brasileira admite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) É admitida a extradição de brasileiro naturalizado, por crime comum, desde que praticado após a naturalização.
- c) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado na hipótese de comprovado envolvimento com o tráfico de drogas.
- d) É legítima a extradição de brasileiro naturalizado por crime político, praticado após a naturalização.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

4ª Questão: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes Públicos, consoante a Carta Constitucional, deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo **correto** afirmar que:

- a) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de promoção pessoal de autoridades públicas.



- d) A administração fazendária e seus servidores fiscais não podem ter, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

5ª Questão: Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal:

- a) na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) na ação direta de inconstitucionalidade.
- c) nas ações relativas à tratados.
- d) na ação declaratória de constitucionalidade.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

6ª Questão: É vedada a edição de medida provisória:

- a) Relativa a nacionalidade, cidadania e direitos políticos, ressalvadas as matérias pertinentes a partidos políticos e direito eleitoral.
- b) Que visem o seqüestro de bens, ou de poupança popular, ressalvados outros ativos financeiros.
- c) Sobre matéria reservada à lei complementar.
- d) Sobre matéria não disciplinada em projeto de lei do Congresso Nacional.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

7ª Questão: Existem alguns princípios de obediência obrigatória na interpretação constitucional. Sobre o assunto, é **correto** afirmar:

- a) O princípio da unidade da Constituição traduz o entendimento de que dois princípios aparentemente contraditórios, do ponto de vista jurídico são passíveis de harmonização.
- b) A uma norma constitucional tem de ser atribuído o sentido que mais eficácia lhe dê, uma vez que na



Constituição não devem existir normas tidas por não jurídicas, e todas tem que produzir algum efeito.

- c) Os preceitos constitucionais devem ser interpretados não apenas pelo que explicitamente postulam, mas também de acordo com o que implicitamente encerram.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

8ª Questão: O sistema constitucional brasileiro conhece dois critérios de controle de constitucionalidade: o controle difuso, e o controle concentrado, que distinguem-se um do outro porque:

- a) O primeiro verifica-se quando se reconhece o seu exercício a todos os componentes do Poder Judiciário; e, o segundo, apenas a uma Corte especial.
- b) No primeiro, a declaração da inconstitucionalidade não revoga a lei questionada, mas pode determinar a sua anulação.
- c) A eficácia do primeiro é "*erga omnes*", e a do segundo, *inter partes*.
- d) A competência do senado para suspender lei declarada inconstitucional, aplica-se somente ao primeiro.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

9ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) As leis de ordem pública aplicam-se independentemente da proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
- b) O mandado de injunção coletivo é plenamente compatível com a ordem constitucional brasileira.
- c) O princípio da presunção de inocência é incompatível com a prisão preventiva.
- d) Os direitos previstos em tratado internacional têm, no ordenamento jurídico brasileiro, hierarquia constitucional.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

10ª Questão: Dentre os atos normativos abaixo enumerados, assinale aquele que **NÃO É** objeto



próprio da ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) Medida Provisória.
- b) Emenda à Constituição.
- c) Decreto regulamentador de lei.
- d) Dispositivo de Lei Municipal em face da Constituição Estadual.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	B	C	B	D	C	D	A	B	D

Prova de 9 de novembro de 2003

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A forma federativa do Estado brasileiro constitui-se em cláusula pétrea.
- b) São instrumentos de manifestação da vontade popular: o plebiscito, o referendun, a iniciativa popular.
- c) O município não é entidade federativa.
- d) A soberania é um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) A república como forma de governo adotada pela Constituição Federal de 1988 não se constitui em cláusula pétrea.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:



A garantia constitucional do livre acesso à Justiça está enunciada na Constituição Federal de 1988,
da seguinte forma:

- a) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) O Estado prestará assistência integral e gratuita aos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos.
- c) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- e) Aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa com os meios e os recursos a eles inerentes.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Ao estado federado pertencem, desde que localizados em seu território ou na extensão do seu litoral:

- a) Os recursos minerais.
- b) O mar territorial.
- c) Os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- d) As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes a União.
- e) Os potenciais de energia hidráulica.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

É da competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios:

- a) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- b) Legislar sobre nacionalidade e cidadania e sistemas eleitorais.



- c) Autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- d) Legislar sobre a criação, funcionamento e processo de juizado especial de pequenas causas
- e) Seguridade social e registros públicos.

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da

Constituição Estadual é da competência:

- a) Originária do STF.
- b) Recursal do STJ.
- c) Originária do Tribunal de Justiça.
- d) Recursal do TRF.
- e) Originária da 1ª Instância Estadual.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A iniciativa de lei que objetiva criação ou extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos juízes

de paz, dos serviços auxiliares da justiça e que visem a organização e divisão judiciária compete

privativamente:

- a) Ao Executivo.
- b) A qualquer membro ou comissão das Assembleias Legislativas ou Congresso Nacional.
- c) Aos cidadãos em geral, através da Procurador Geral de Justiça.
- d) Ao Tribunal de Justiça.
- e) Ao Conselho Superior da Magistratura.



7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

O procedimento para a desapropriação por necessidade pública ou interesse social é estabelecido:

- a) Pela convenção das partes.
- b) Pela conveniência da administração.
- c) Pela lei.
- d) Pelo Poder Judiciário.
- e) Pelo Poder Executivo.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
C	A	D	A	C	D	C

Prova de 15 de fevereiro de 2004

1ª Questão:A respeito da repartição da competência, entre a União, os Estados membros, o Distrito Federal, assinale alternativa **correta**:

- a) A competência residual - entendendo-se como tal a matéria não prevista ou que não seja vedada, pela Constituição Federal, aos Estados -, pertence a UNIÃO.
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, porém, na ausência de lei federal, sobre normas gerais os Estados membros exercerão a competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.
- c) A superveniência de lei federal, sobre normas gerais, não suspende a eficácia de lei estadual, que lhe for contrária.
- d) Lei ordinária federal poderá autorizar os Estados membros a legislares, sobre



questões específicas, da competência privativa da União.

e) Cabe aos Municípios e ao Distrito Federal explorar serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, diretamente, ou mediante concessão local, regulamentada por medida provisória.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Pela Constituição Federal de 1988, segundo redação dada pela Emenda Constitucional n.º 3 de 6/7/94, aos nascidos do estrangeiro de pai ou mãe brasileiros, desde que venham residir no Brasil e optem a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira são:

- a) Brasileiros naturalizados, porque é necessário que sejam registrados, previamente, em repartição brasileira competente, para adquirirem o “status” de brasileiro nato.
- b) Brasileiros natos, desde que seu pai ou sua mãe sejam de nacionalidade brasileira ou portuguesa, se houver reciprocidade, com relação aos brasileiros em Portugal.
- c) Somente, brasileiros natos, se residirem no Brasil, há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação criminal e optarem pela nacionalidade brasileira, após o aludido período.
- d) Brasileiros natos, segundo redação atual, dada pela Emenda Constitucional, n.º 3 de 7/6/94, a Constituição de 1988.
- e) Brasileiros naturalizados, segundo redação atual da Constituição de 1988, dada pela Emenda Constitucional n.º 3 de 7/6/94.

3ª Questão: O princípio da separação dos poderes está inscrito na Constituição Federal, em dispositivo que **afirma** que:

- a) A República Federativa do Brasil é formada pela união, indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- b) Todo o Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou direta-mente, nos termos da Constituição.
- c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o



Executivo e o Judiciário.

- d) É assegurado aos brasileiros o direito de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça ao direito.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A expedição de certidão requerida a repartição pública.

- a) Ocorre, somente, para defesa de direitos individuais.
- b) Ocorre, somente, para esclarecimento de situações de caráter coletivo.
- c) Fica sujeito ao discricionarismo da Administração Pública.
- d) Pode ocorrer para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.
- e) Todas as opções anteriores estão corretas.

5ª Questão: A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República e de iniciativa popular, terão início no(a):

- a) Senado Federal.
- b) Câmara dos Deputados.
- c) Congresso Nacional.
- d) Comissão de Constituição e Justiça.
- e) Conselho da República.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Os juízes gozam das seguintes garantias.

- a) Vitaliciedade (que no primeiro grau será adquirida após um ano de exercício no cargo), inamobildade em caráter absoluto e irredutibilidade de vencimentos.



- b) Vitaliciedade (que no primeiro grau só será adquirida após dois anos de exercício), inamobibilidade em caráter absoluto e irredutibilidade de vencimentos.
- c) Vitaliciedade (que no primeiro grau será adquirida após dois anos de exercício), inamobibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão por voto de dois terços do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa e irredutibilidade de vencimentos.
- d) Vitaliciedade (que no primeiro grau será adquirida após dois anos de exercício), inamobibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão unânime do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa e irredutibilidade de vencimentos.
- e) Todas as respostas anteriores estão incorretas.

7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

As causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado serão processadas e julgadas.

- a) Em grau de recurso ordinário, pelo Tribunal de Segunda instância do sistema Judiciário do Juiz que tiver prolatado a sentença.
- b) Na Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurados ou beneficiários, sempre que a comarca não seja sede de vara ou do juízo federal, vedado à lei estabelecer a competência da Justiça Estadual a outras hipóteses.
- c) Em grau de recurso ordinário, pelo Tribunal de segunda instância designado na lei estadual de organização judiciária.
- d) Perante Justiça Federal, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, facultado à Lei estadual de organização judiciária declarar competente o juízo estadual sempre que a comarca não seja sede de vara do Juízo Federal.
- e) Na Justiça Estadual, no foro do domicílio dos segurados, sempre que a comarca não seja sede de vara de Juízo Federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam processadas e julgadas na Justiça Estadual.

8ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:



O controle da constitucionalidade de lei poderá dar-se de duas maneiras: por via de ação e por via de exceção, ou via incidental esta última:

- a) Só exercitável a vista de um caso concreto de litígio posto em juízo.
- b) Não é declaração de inconstitucionalidade de lei em tese, mas exigência imposta para a solução de um caso concreto.
- c) A decisão judicial, nesta via, opera efeitos, em princípio, somente entre as partes litigantes, nada modificando quanto as relações de terceiros.
- d) A declaração não é objetivo principal da lide, mas incidente, conseqüência.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

9ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

O município rege-se por lei orgânica cuja as características são:

- a) Deve ser votada pela Câmara Municipal.
- b) O quorum necessário de 2/3 para sua votação.
- c) Necessidade de dois turnos de votação.
- d) Espaço de, pelo menos, 10 dias entre uma votação e outra.
- e) Sanção do prefeito em prazo estipulado pela Câmara Municipal.

10ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A arguição de descumprimento de preceito fundamental deve ser efetuada perante:

- a) Ao STF e por simetria estendendo-se aos Tribunais de Justiça dos Estados.
- b) Aos Tribunais Superiores, exclusivamente.
- c) Ao STF, quando não houver medida eficaz para sanar a lesividade de ato do poder público.
- d) Ao STF, mesmo que haja medida eficaz para sanar a lesividade do ato do poder público.
- e) Exclusivamente perante a Justiça Federal.



GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	C	D	B	C	E	E	E	C

Prova de 2006

1ª Questão: A respeito das Medidas Provisórias é correto afirmar:

- a) São normas jurídicas adotadas pelo Poder Legislativo.
- b) Perderão a eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, uma única vez, cujo prazo não se suspende durante o recesso do Congresso Nacional.
- c) Caso não apreciadas em até sessenta dias contados da data de sua publicação, entrarão em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso.
- d) Têm força de lei a partir de sua publicação, podendo gerar direitos e deveres.
- e) Poderão ser adotadas, no caso de relevância e urgência, devendo ser submetidas imediatamente ao Congresso Nacional.

2ª Questão: Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:

- I. Cabe ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- II. Incumbe ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a defesa da ordem jurídica,



do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O Procurador-Geral de Justiça é o chefe do Ministério Público do Estado.

III. Somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

IV. O acesso de juízes aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternativamente, apurados na última entrância.

Estão corretas:

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Só a proposição I é correta.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Só a proposição I é incorreta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

3ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O número total de Deputados Federais por Estados e pelo Distrito Federal será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, e nenhuma unidade poderá ter menos de oito e mais de setenta Deputados.
- b) Os Estados membros organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, devendo observância aos chamados “princípios sensíveis” constantes da Carta Federal.
- c) Compete privativamente à União estabelecer cultos religiosos e organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) O procedimento legislativo sumário é aquele em que o Presidente da República solicita urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- e) É competência privativa da Câmara dos Deputados proceder a tomada de contas do Presidente da República quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60



(sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.

4ª Questão: Segundo a atual “Carta Política”:

I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são entidades que integram a estrutura federativa brasileira.

II. A intervenção respeita a ordem “hierárquica” da Constituição e, por esse motivo, é correto afirmar que só os Estados podem intervir nos Municípios.

III. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

IV. É competência privativa da Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.

V. O Município de Brasília tem como função servir de Capital Federal e também sede do Governo do Distrito Federal.

Estão corretas:

- a) Só a proposição I está correta.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Só a proposição II está incorreta.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

5ª Questão: Assinale a alternativa correta:

a) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

b) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não se aplicam as disposições da Seção I, Capítulo IV, Título IV da Constituição Federal (“Do Ministério Público”) pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

c) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do



Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

d) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

e) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação do Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

6ª Questão: Em relação aos remédios constitucionais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O mandado de segurança pode ser individual ou coletivo.

b) A ação popular é ação constitucional cuja legitimidade ativa pertence a qualquer pessoa em pleno gozo de seus direitos políticos.

c) A garantia constitucional do direito de petição pode ser exercida por qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, e somente pode ser dirigida à autoridade do Poder Judiciário.

d) Na ação civil pública pode ser pedido o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, sob pena de execução específica ou cominação de multa diária.

e) Qualquer pessoa pode impetrar *habeas corpus*, inclusive sem advogado.

7ª Questão: Sobre o sistema de controle de constitucionalidade, dentre as seguintes alternativas, assinale a **INCORRETA**:

a) No controle de constitucionalidade exercido por via incidental, a decisão judicial terá efeito retroativo (*ex tunc*), somente *inter partes*.

b) Somente o Governador do Estado, o Procurador Geral da República, o Conselho Federal da OAB e partidos políticos com representação no Congresso Nacional podem propor ação direta de inconstitucionalidade.



- c) O sistema constitucional brasileiro combina os sistemas de controle concentrado e difuso.
- d) No controle de constitucionalidade exercido por via incidental, a decisão judicial terá efeito jurídico somente entre as partes.
- e) A eficácia do controle concentrado é *erga omnes*.

8ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O princípio do devido processo legal envolve a garantia do contraditório, a plenitude do direito de defesa, a isonomia processual e a bilateralidade dos atos procedimentais.
- b) O princípio da eficiência orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo.
- c) São princípios constitucionais da administração pública os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- d) O princípio da legalidade, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, está consagrado no art. 5º, da Constituição da República.
- e) O princípio da subsidiariedade, estreitamente ligado ao princípio da repartição de competências, não se aplica ao sistema federal.

9ª Questão: Tratando-se dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os direitos de liberdade constitucionalmente assegurados são o de locomoção; o de pensamento; o de reunião e de associação; o de profissão; o de ação; o de liberdade sindical e o de greve.
- b) A desapropriação, consistente em limitação ao direito de propriedade, é meio pelo qual o Poder Público determina a transferência compulsória da propriedade particular para o seu patrimônio ou de seus delegados, o que só pode se verificar por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social.



- c) O princípio da função social da propriedade está consagrado na Constituição entre os direitos sociais.
- d) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
- e) A liberdade de pensamento é o direito de exprimir, por qualquer forma, o que se pense em tema de ciência, religião, arte, ou o que for.

10ª Questão: Acerca do Poder Judiciário, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral e patrimonial decorrentes da relação de trabalho.
- b) Aos Juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- d) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	090	10
E	A	C	D	C	C	B	E	D	C

Prova – Agosto de 2007



1ª Questão: De acordo com a Constituição da República, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Seguridade social, previdência social e telecomunicações.
- b) Desapropriação, propaganda comercial e serviço postal.
- c) Direito financeiro, direito urbanístico, trânsito e transporte.
- d) Assistência judiciária, direito econômico, produção e consumo.
- e) Sistemas de consórcios e sorteios, educação e cultura.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Constituição da República:

- a) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado em caso de crime político ou de opinião.
- b) O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será sempre regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.
- d) A criação de associações e de cooperativas depende de autorização por lei específica.
- e) São cláusulas pétreas a forma federativa do Estado; a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

3ª Questão: Considerando a Ordem Econômica e Financeira constante na Constituição da República, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.



- b) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- c) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- d) A ordem econômica deverá observar os princípios da soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no País.
- e) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.

4ª Questão: Assinale a alternativa que, de acordo com a Constituição da República, não é cargo privativo de brasileiro nato:

- a) De Ministro de Estado da Defesa.
- b) De oficial das Forças Armadas.
- c) De Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) De Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) De Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

5ª Questão: A respeito do processo de criação da MEDIDA PROVISÓRIA é **correto** afirmar:

- a) A Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, modificou radicalmente o processo de tramitação da medida provisória para sua conversão em lei, impedindo, inclusive, sua prorrogação.
- b) A regulamentação estabelecida na Emenda Constitucional nº 32/2001 se dirige àquelas medidas provisórias editadas antes e após sua promulgação.



- c) A medida provisória tem a particularidade de nascer como diploma normativo pela tão só manifestação do Chefe do Executivo. A discussão é posterior. A aprovação converte a medida provisória em lei.
- d) Se o projeto de lei de conversão da medida provisória alterar o seu texto, suspender-se-á imediatamente sua vigência.
- e) A votação da medida provisória dar-se-á de forma conjunta pelas Casas do Congresso Nacional.

6ª Questão: Conforme a nossa estrutura federativa e o sistema de competências diz-se:

- I. No campo interno a União é apenas autônoma, como são autônomos os Estados-membros e os Municípios, cada qual dentro de sua área de competência.
 - II. Na nossa ordem constitucional prevaleceu a técnica do federalismo cooperativo, que se qualifica pela divisão de uma mesma matéria, em diferentes níveis, entre os diversos entes federativos.
 - III. Há casos em que prevalece a técnica da distribuição horizontal de competência, ou seja, de separação radical das competências dos entes federativos, em que cada qual exerce atribuições próprias.
 - IV. O centralismo é a regra, no sentido de que a predominância do Poder Central é tão extraordinária que a divisão de rendas põe os Estados a mendigar auxílios da União, sujeitando-os a verdadeiro suborno.
- a) Só a proposição I é incorreta.
 - b) Só a proposição I é correta.
 - c) Todas as proposições estão incorretas.
 - d) Só as proposições II e III estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

7ª Questão: Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade é **correto** afirmar:

- I. Introduzida por meio da Emenda Constitucional nº 3/93 à Constituição Federal, criou



um novo mecanismo de controle concentrado da constitucionalidade dos atos normativos.

II. O pedido será juridicamente impossível quando se pretender a declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal.

III. A legitimidade ativa para propor a ação declaratória, nos termos constitucionais, é:
a) do Presidente da República; b) da Mesa do Senado Federal; c) da Mesa da Câmara dos Deputados; d) do Procurador-Geral da República.

IV. Não é necessária a manifestação do Advogado-Geral, não precisando atuar como curador da lei, já que o objetivo da ação é reafirmar a constitucionalidade desta.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) Só a proposição II está incorreta.
- d) Só a proposição I está correta.
- e) Só as proposições I, III e IV estão corretas.

8ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- b) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.
- c) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.
- d) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.
- e) Somente o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição em todo o território nacional.



9ª Questão: São princípios que devem ser observados na atividade econômica:

- I. Propriedade privada e função social da propriedade.
 - II. Livre concorrência e defesa do consumidor.
 - III. Defesa do meio ambiente e redução das desigualdades regionais e sociais.
 - IV. Busca do pleno emprego e pluralismo político.
- a) As proposições I, III e IV estão corretas.
 - b) As proposições I, II e III estão corretas.
 - c) Só a proposição II está incorreta.
 - d) Todas as proposições estão incorretas.
 - e) Só a proposição I está correta.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09
B	B	E	E	C	E	A	E	B

Prova – Junho de 2008

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** no tocante aos direitos individuais e coletivos, elencados no art. 5º da Constituição Federal:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- b) Em caso de guerra declarada, poderá haver pena de morte.
- c) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- e) É exigência para a impetração de mandado de segurança coletivo que o partido político seja detentor de registro definitivo.



2ª Questão: Quanto aos Estados Federados é **INCORRETO** afirmar:

- a) As terras devolutas, não compreendidas entre as da União, são bens seus.
- b) Juntamente com o Distrito Federal são os integrantes da República Federativa do Brasil.
- c) O número de Deputados à Assembléia Legislativa guardará proporcionalidade com a sua representação na Câmara dos Deputados.
- d) Organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.
- e) São-lhes reservadas as competências não vedadas pela Constituição Federal.

3ª Questão: Quanto aos Municípios é **correto** afirmar:

- a) Os Vereadores detêm inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição municipal.
- b) O número de Vereadores é proporcional ao eleitorado, observados limites postos pela Constituição Federal.
- c) As funções legislativas e fiscalizadoras das Câmaras Municipais são por elas próprias definidas em regimento interno.
- d) A fiscalização externa é exercida exclusivamente pelo Poder Legislativo Municipal.
- e) Regem-se por Constituição, votada em 2 (dois) turnos, com quorum qualificado.

4ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação ao Poder Executivo:

- a) O Chefe do Poder Executivo detém a prerrogativa de vetar, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.
- b) Urgência e relevância são os pressupostos para o Presidente da República editar medida provisória.
- c) Rejeitado o veto oposto pelo Chefe do Executivo, o projeto de lei é novamente



submetido a ele para promulgação.

d) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

e) Os mandatos dos Chefes dos Poderes Executivos Federal e Estaduais são coincidentes e tem duração de 4 (quatro) anos, sendo admitida a reeleição.

5ª Questão: O servidor público, à luz da Constituição Federal:

a) Será posto em disponibilidade, com remuneração integral, na hipótese de extinção do cargo que exercia.

b) Fará jus à contagem de tempo ficto para fim de aposentadoria.

c) Nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público será estável após 2 (dois) anos de exercício.

d) Aposentar-se-á por invalidez permanente, compulsoriamente ou voluntariamente.

e) Poderá, excepcionalmente, desde que haja compatibilidade de horários, acumular 2 (dois) cargos de professor, 2 (dois) cargos de médico ou 2 (dois) cargos de advogado.

6ª Questão: São princípios fundamentais da Administração Pública direta e indireta, nos precisos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal:

a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, finalidade e efetividade.

b) Legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade e eficácia.

c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

d) Legitimidade, impessoalidade, proporcionalidade, publicidade e eficiência.

e) Legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

7ª Questão: O processo legislativo, consoante a Constituição Federal, compreende a elaboração das seguintes



proposições:

- a) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos legislativos.
- b) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos e resoluções.
- c) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias e decretos legislativos.
- d) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- e) Leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias e decretos legislativos.

8ª Questão: Sobre o Poder Judiciário é **correto** afirmar que:

- a) Todos os julgamentos serão públicos, e fundamentadas todas as suas decisões, sob pena de nulidade, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a limitação à presença das partes.
- b) Um décimo dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal será composto de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- c) A Constituição do Estado estabelecerá a competência do seu Tribunal de Justiça, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Poder Executivo.
- d) Pode ser constituído órgão especial, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, em tribunais com número superior a vinte julgadores.
- e) As garantias asseguradas aos membros da magistratura são duas: vitaliciedade e inamovibilidade.

9ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:



- a) No processo de criação das resoluções a promulgação é efetivada pela Mesa da Casa Legislativa que a expedir ou, quando se tratar de resolução do Congresso Nacional, pela Mesa do Senado Federal.
- b) No processo de criação das resoluções a iniciativa cabe aos membros do Congresso Nacional, na forma estabelecida regimentalmente.
- c) No processo de criação do decreto legislativo a promulgação é feita pelo Presidente da República, que o manda publicar.
- d) No processo de criação do decreto legislativo a aprovação se dá por maioria simples.
- e) No processo de criação das resoluções não há sanção, por tratar-se de matéria privativa, ora do Senado, ora do Congresso Nacional.

10ª Questão: Segundo a Constituição Republicana de 1988, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.
 - II. Só podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - III. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - IV. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou o texto impugnado.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Todas as proposições estão incorretas.
 - c) Somente a proposição III está incorreta.
 - d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - e) Somente a proposição I está correta.

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	B	A	D	D	C	D	B	C	D

Prova de 2009

1ª Questão: Sobre as chamadas “funções essenciais à justiça” é **correto** afirmar:

- a) Que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por todos os seus atos e manifestações, no limite da lei.
- b) Que à Defensoria Pública cumpre promover a orientação jurídica e a defesa dos direitos dos que a ela recorrerem.
- c) Que a proposta orçamentária do Ministério Público é elaborada pelo Poder Executivo, observados os parâmetros da legislação de regência.
- d) Que elas são exercidas pelo Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.
- e) Que compete ao Conselho Nacional da Justiça zelar pela autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público.

2ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** no tocante ao instituto da medida provisória:

- a) Dentre outras hipóteses, é defeso editá-la sobre matéria já disciplinada em projeto de lei pendente de sanção ou veto.
- b) Cumpre ao Poder Legislativo disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes de sua não conversão em lei.
- c) É vedada sua reedição, na mesma legislatura, se rejeitada ou tornada ineficaz por decurso de prazo.



- d) Urgência e relevância são pressupostos para sua adoção.
- e) Perderá sua eficácia se não convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, uma vez, por igual período.

3ª Questão: Examine as proposições abaixo, concernentes ao funcionamento do Poder Judiciário, e responda:

- I. Os integrantes do Supremo Tribunal Federal são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados em sabatina pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- II. O Superior Tribunal de Justiça é composto de um terço de desembargadores federais, outro terço de desembargadores estaduais e o terço restante, de metade de advogados e metade de membros do Ministério Público.
- III. As súmulas vinculantes, editadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, têm aplicabilidade não só aos demais órgãos do Poder Judiciário, como também à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- IV. O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

4ª Questão: É **INCORRETO** asseverar, em tema de processo legislativo, que:

- a) Não há sanção, pelo Chefe do Poder Executivo, em emenda constitucional, nem tampouco em resolução editada pelo Poder Legislativo.



- b) São de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, entre outras, leis versantes sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- c) Não é admissível aumento de despesa ao projeto original pela via de emenda parlamentar.
- d) Compreende a elaboração das seguintes proposições: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- e) O quórum para a aprovação de emenda constitucional é de três quintos.

5ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição:

- a) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- b) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- c) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- d) Os tratados e convenções internacionais, exceto sobre direitos humanos, que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) As normas que os definem têm aplicação imediata.

6ª Questão: De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa **correta** quanto a estado de defesa e estado de sítio:

I. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave



e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

II. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

III. Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente da Câmara dos Deputados, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente a proposição I está correta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

7ª Questão: É **correto** afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) Registros públicos, podendo lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas dessa matéria.
- c) Populações indígenas e juntas comerciais.
- d) Procedimentos em matéria processual.
- e) Proteção à infância e à juventude.

8ª Questão: Assinale a alternativa **correta** a respeito do Congresso Nacional:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal.
- b) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente



subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

c) O Senador será eleito com suplentes também submetidos a voto.

d) Perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Secretário de Prefeitura

de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

e) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a

instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

9ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, à luz da Constituição, sobre o Supremo Tribunal Federal:

I. Compete a ele, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

II. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

III. Ao apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

IV. As decisões definitivas de mérito por ele proferidas, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder



Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

10ª Questão: Sobre o município pode-se afirmar de maneira **correta** que:

- a) Rege-se por lei orgânica, votada em dois turnos, aprovada por quórum qualificado e promulgada pela Câmara Municipal.
- b) É admitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas no seu âmbito.
- c) Pode ter eleição em segundo turno se contar com mais de duzentos mil habitantes.
- d) Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do primeiro.
- e) Tem número de vereadores com base no total do eleitorado.

11ª Questão: Quanto à administração pública é **correto** dizer que:

- a) É permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b) A administração fazendária e seus servidores terão precedência sobre os demais setores, na forma da lei.
- c) Adquire estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) Admite-se a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos.
- e) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preenchem



os requisitos legais e vedados aos estrangeiros.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	A	C	D	A	B	B	A	A
11									
B									

Prova de 2010

56ª Questão: Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou municipal.
- b) Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- c) Ação declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou federal.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- e) Ação declaratória de inconstitucionalidade de lei estadual ou federal.

57ª Questão: Qualquer cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos pode



invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Estados ou Municípios. Esta afirmação refere-se a:

- a) Mandado de segurança.
- b) Habeas data.
- c) Ação popular.
- d) Ação de improbidade administrativa.
- e) Mandado de injunção.

58ª Questão: A República Federativa do Brasil, constituída pela união indissolúvel dos Estados-

Membros, Distrito Federal e Municípios, constitui-se em Estado Democrático e de Direito e tem como fundamento:

- a) A independência nacional, a soberania, a sociedade livre, a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual.
- b) A soberania nacional, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
- c) A cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e econômicos da livre iniciativa, o pluralismo político.
- d) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre concorrência, o pluralismo político e a defesa da paz.
- e) A cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores econômicos e sociais do trabalho, da livre iniciativa, da livre concorrência, o pluralismo político

59ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas e os conflitos entre a União



e os Estados-

Membros, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, incluindo as respectivas entidades indiretas.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentença estrangeira e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou

organismo internacional de um lado, e do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar mandado de injunção quando a elaboração de norma regulamentadora for atribuição do órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

e) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, com poderes correccionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

60ª Questão: Considerando o texto da Constituição da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

I. Considerando a supremacia e a força normativa da Constituição, o seu preâmbulo adquire extrema relevância jurídica, criando direitos e obrigações.

II. O poder constituinte originário é inicial, autônomo, ilimitado juridicamente e soberano em suas decisões, sendo certo que poderá, inclusive, estabelecer a pena de morte. Por sua vez, o poder constituinte derivado deve obedecer às regras colocadas e impostas pelo poder constituinte originário, sendo limitado e condicionado aos parâmetros impostos a ele.

III. A desconstitucionalização é o fenômeno por meio do qual as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova ordem constitucional,



permanecem em vigor com status de lei infraconstitucional. No sistema jurídico pátrio, o fenômeno somente será percebido quando a nova Constituição expressamente o prever.

IV. As normas constitucionais de eficácia contida estão aptas a todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição da República, podendo a norma infraconstitucional reduzir sua abrangência. Porém, enquanto isso não ocorrer, a norma tem eficácia plena.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

61ª Questão: A respeito dos precatórios, assinale a alternativa correta:

I. Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

II. O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

III. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, dependendo o ato da concordância do devedor.

IV. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.



- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

62ª Questão: Sobre os Estados Federados é INCORRETO afirmar:

- a) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observados também mais alguns critérios estabelecidos na Constituição da República.
- b) Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.
- c) A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- d) Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, sem ressalvas.
- e) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observados também mais alguns critérios estabelecidos na Constituição da República.

63ª Questão: Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Os Estados organizarão sua justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição da República, e a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado.
- II. Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- III. O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- IV. Para diminuir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.



- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

64ª Questão: Sobre as Leis Delegadas é INCORRETO afirmar:

- a) A lei delegada prevista na Constituição da República é exceção ao princípio da indelegabilidade de atribuições de um Poder para outro Poder. É uma delegação externa corporis, ou seja, para fora do corpo do Poder Legislativo.
- b) A delegação ao Presidente da República se faz por meio de resolução do Congresso Nacional.
- c) São também indelegáveis os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, as leis sobre organização do Poder Judiciário e do Ministério Público e as matérias reservadas à lei complementar.
- d) Só é possível delegar ao Presidente da República se este solicitar. Em outras palavras: o Legislativo não pode obrigar o Presidente da República a legislar.
- e) O conteúdo do projeto de lei delegada poderá ser alterado, mas terá que ser votado em única votação.

65ª Questão: Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- II. Compete privativamente aos tribunais organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.
- III. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.



IV. Somente pelo voto da maioria dos membros presentes na sessão do Pleno ou do respectivo Órgão Especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

GABARITO:

56	57	58	59	60	61	62	63	64	65
B	C	B	D	C	E	D	D	E	C

PROVA DE 2013

DIREITO CONSTITUCIONAL

56ª Questão: A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- a) De três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) De mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- c) A ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- d) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a independência nacional.
- e) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

57ª Questão: Sobre o Poder Legislativo, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:



I. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

II. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, dentre as quais a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal.

III. É da competência exclusiva do Congresso Nacional escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas da União.

IV. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

58ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional. Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- d) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- e) O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dentre eles participam seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

59ª Questão: Com base nas proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a prevalência dos direitos humanos; os



valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

II. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

III. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; garantir o desenvolvimento nacional; construir uma sociedade livre, justa e solidária.

IV. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios a independência nacional; a dignidade da pessoa humana; a autodeterminação dos povos; a não-intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a concessão de asilo político.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

60ª Questão: De acordo com a redação do art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à dignidade da pessoa humana e à propriedade.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, dependendo apenas de autorização da autoridade competente.
- d) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- e) A lei considerará crime inafiançável e imprescritível a prática da tortura, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

61ª Questão: Observadas as proposições a seguir expostas, assinale a alternativa correta:

I. Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de três quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

II. O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse



público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

III. Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por merecimento e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

IV. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

62ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- b) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- c) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.
- d) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
- e) É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente



federado.

63ª Questão: Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, exceto se denegatória a decisão.

II. Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com estrita a aplicação da súmula.

III. Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

IV. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

64ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até dez anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

b) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

c) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.



d) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, inclusive, a eletrificação rural e irrigação.

e) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher.

65ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil e sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

II. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

III. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

IV. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

b) Somente as proposições I e III estão corretas.

c) Somente as proposições II e IV estão corretas.

d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

GABARITO

56 B	57 E	58 A	59 D	60 D	61 C	62 Anulada	63 E	64 A	65 E
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------------------------	-------------	-------------	-------------

PROVA DE 2015

63. A Súmula Vinculante no 21 dispõe, em seu verbete, sobre a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens como requisito de admissibilidade de recurso administrativo. Sua edição, em razão do efeito vinculante que emana do respectivo enunciado



- (A) não impõe vedação a que órgão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina reconheça a constitucionalidade de diploma legal estadual que exija arrolamento prévio de bens como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, desde que, no caso, a sentença contemple juízo fundado na inexistência de violação ao contraditório e à ampla defesa.
- (B) impõe vedação a que os Poderes Legislativos de Estados e Municípios aprovelem novas leis que exijam depósito prévio em dinheiro como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.
- (C) impõe que os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina reconheçam, *incidenter tantum*, nos casos que lhe forem devidamente submetidos, a inconstitucionalidade de lei estadual que exija arrolamento prévio de bens como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, ainda que o Supremo Tribunal Federal não tenha decidido sobre a constitucionalidade do referido diploma estadual.
- (D) impede que o Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, declare a constitucionalidade de lei estadual que exija depósito prévio em dinheiro como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.
- (E) não obsta que os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina reconheçam, *incidenter tantum*, nos casos que lhe forem submetidos após a publicação do verbete, a constitucionalidade de lei estadual que exija arrolamento prévio de bens como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, desde que o caso sobre o qual incidiria o diploma legal tenha ocorrido anteriormente à aprovação da Súmula Vinculante no 21.

64. Segundo o texto constitucional, o indulto

- (A) cabe ser concedido pelo Presidente da República, sendo vedada sua aplicação a condenados pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como os definidos como crimes hediondos.
- (B) cabe ser concedido pelo Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sendo vedada sua aplicação a condenados pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como os definidos como crimes hediondos.
- (C) cabe ser concedido, na esfera federal, pelo Presidente da República e, na estadual, pelos Governadores de Estado, sendo vedada sua aplicação a condenados pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como os definidos como crimes hediondos.
- (D) diferentemente da comutação de penas, somente cabe ser concedido pelo Presidente da República, sendo vedada sua aplicação a condenados pelos crimes de tortura, racismo, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como os definidos como crimes hediondos.
- (E) cabe ser concedido pelo Presidente da República, sendo vedada sua aplicação a condenados pelos crimes de tortura, racismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como os definidos como



crimes hediondos.

65. A medida provisória que, no processo de conversão em lei, for aprovada pelo Congresso Nacional sem alterações,

(A) manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionada ou vetada.

(B) enseja vedação a que nova medida provisória seja editada sobre a mesma matéria por ela disciplinada enquanto estiver pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

(C) é passível de ser promulgada diretamente pelo Presidente do Senado Federal, caso o Presidente da República não o faça no prazo de quarenta e oito horas após a sanção ou a rejeição do veto.

(D) não cabe ser submetida à sanção ou veto do Presidente da República, diferentemente do que ocorre com os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República aprovados, sem modificações, pelo Congresso Nacional.

(E) cabe ser alterada pelo Presidente da República mediante mensagem aditiva, ensejando seu reexame pelo Congresso Nacional.

66. Tome em consideração as seguintes afirmativas:

I. Compete ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina processar e julgar, nos crimes comuns e de responsabilidade, os juízes e os membros do Ministério Público, os Prefeitos, bem como os titulares de Fundações, Autarquias e Empresas Públicas, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

II. O Prefeito e um quarto dos Vereadores têm legitimidade para propor, perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição do Estado, desde que seu objeto seja lei ou ato normativo municipal.

III. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina processar e julgar o Governador o Vice-Governador do Estado nos crimes de responsabilidade, bem como os Secretários de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

IV. Ocorrendo a vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, observado que, caso o primeiro escrutínio não enseje a obtenção dessa maioria por qualquer dos candidatos, a eleição se fará em segundo escrutínio por maioria relativa, considerando-se eleito o mais idoso, no caso de empate.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) III e IV.

(C) I e III.

(D) I e II.

(E) II e IV.



67. Considere as seguintes afirmativas:

I. O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se no Plano Nacional de Cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas na política nacional de cultura, e regese, entre outros, pelos princípios da transversalidade

das políticas culturais, da diversidade das expressões culturais e da formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.

II. A assistência social é, nos termos da Constituição, direito de todos e dever do Estado, de acesso universal e igualitário, a ser prestada independentemente de contribuição à seguridade social.

III. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI, segundo expressa disposição constitucional, será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

IV. É inconstitucional lei que proíba o ensino religioso como disciplina a ser ministrada nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

68. Caso disposições de lei estadual sobre transferência de valores contrariem lei federal anterior que discipline a mesma matéria:

(A) as disposições da lei estadual incorrerão em vício de inconstitucionalidade em virtude de invadirem esfera de competência da União.

(B) tanto o diploma federal quanto a lei estadual incorrerão em vício de inconstitucionalidade, pois a matéria constitui assunto de interesse local, consistindo, portanto, em competência privativa dos Municípios.

(C) as disposições da lei estadual terão sua eficácia suspensa em razão da prevalência da lei federal.

(D) a lei federal incorrerá em vício de inconstitucionalidade em virtude de invadir esfera de competência dos Estados.

(E) as disposições da lei estadual devem prevalecer, caso tenham por objetivo atender as peculiaridades do respectivo Estado federado, constituindo, no caso, exercício de competência suplementar.

GABARITO

63 C	64 A	65 D	66 E	67 A	68 A
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------